

MON NA MON — ASSOCIAÇÃO DE FILHOS E AMIGOS DA GUINÉ-BISSAU

Anúncio (extracto) n.º 7239/2007

No cartório privativo do notário licenciado António Amaral Marques, por escritura lavrada no dia 12 de Janeiro de 2007, iniciada a fl. 25 do livro n.º 63-G, foi constituída uma associação denominada Mon na Mon — Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau, com sede na Rua de Espinho, 10, 1.º, C, freguesia de Glória, concelho de Aveiro, que é uma organização laica de carácter humanitário sem

fins lucrativos e de ajuda mútua, que visa contribuir para a dignificação dos seus membros, promover realizações de carácter cultural, científico e recreativo e estabelecer relações com organizações similares. Podem ser associados da Mon na Mon — Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau todos os cidadãos guineenses e não só, admitidos mediante inscrição.

Está conforme.

12 de Janeiro de 2007. — O Notário, *António Amaral Marques*.
2611057035



PARTE L

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aviso n.º 20 900/2007

Foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, parte L, de 7 de Setembro de 2007, a p. 26 191, o aviso n.º 16 757/2007, de 7 de Setembro, com a rectificação n.º 1630/2007, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, parte L, de 20 de Setembro de 2007, a p. 27 530, o procedimento concursal para provimento de cargos de direcção intermédia do 2.º grau, entre os quais para chefe de divisão de Políticas e Coordenação Interministerial, cuja publicação foi feita no jornal *Correio da Manhã* de 10 de Setembro de 2007 e na bolsa de emprego público (BEP) em 11 de Setembro de 2007.

Por motivos imprevisíveis, o júri do concurso para chefe de divisão de Políticas e Coordenação Interministerial foi alterado, passando a sua composição a ser a seguinte:

Presidente — Engenheira Maria Júlia Fonseca Murta Ladeira, sub-directora-geral do Instituto de Informática.

Engenheiro Alfredo José da Silva França Gomes, director de serviços do Centro de Tecnologias da Formação, em regime de substituição, do INA, I. P.

Professor Doutor António Ritto da Silva, presidente do Centro de Informática do Instituto Superior Técnico.

10 de Outubro de 2007. — O Director-Geral do Instituto de Informática, *José António Cordeiro Gomes*.

Aviso n.º 20 901/2007

Faz-se público que irão ser publicados na bolsa de emprego público, disponível na Internet com o endereço www.bep.gov.pt, no dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, anúncios de concurso para os cargos de direcção intermédia de 1.º grau, de director de serviços de Contabilidade da 5.ª Delegação, de director de serviços de Contabilidade da Direcção de Serviços dos Assuntos Comunitários e de director de serviços de Contabilidade da Direcção de Serviços Administrativos, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento.

12 de Outubro de 2007. — O Subdirector-Geral do Orçamento, *Eduardo Sequeira*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Aviso n.º 20 902/2007

Procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão dos Assuntos do Serviço Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 18 de Junho de 2007 do director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, faz-se público que a DGPRM pretende proceder à abertura de procedimento concursal para pro-

vimento do cargo de chefe de divisão dos Assuntos do Serviço Militar, nos seguintes termos:

2 — Área de actuação do cargo a prover — compete ao chefe de divisão dos Assuntos do Serviço Militar, para além do exercício das funções definidas para o cargo constantes do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as previstas no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada, a saber:

a) Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

b) Ser detentor de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido — licenciatura, preferencial, em Ciências Militares.

5 — Composição do júri — o júri do procedimento concursal tem a seguinte composição:

Dr. Alberto Rodrigues Coelho, director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, que preside.

Dr.ª Ana Vanda de Fátima Alambre de Almeida Nunes de Matos, chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Doutor Luís António Vicente Baptista, professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

6 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista pública.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, entregue pessoalmente durante as horas normais de funcionamento de expediente, sala 409, Avenida da Ilha da Madeira, 1, 4.º, 1400-204 Lisboa, ou remetido por correio, em carta registada, com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação da vaga na bolsa de emprego público.

8 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
b) Cópia do certificado de habilitações literárias;
c) Cópias dos certificados da formação profissional;
d) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

10 de Outubro de 2007. — O Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, *Alberto Rodrigues Coelho*.